

RECEITAS TRIBUTÁRIAS

IMPOSTOS

Imposto de Renda Retido nas Fontes – IRRF

Portaria STN/MF nº 212, de 04/06/2001.

Portaria STN/MF nº 300, de 27/06/2002.

Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores – IPVA

Constituição da República Federal do Brasil (art. 155, inciso I, alínea “c”), de 05/10/1988.

Emenda Constitucional nº 3, de 17/03/1993.

Lei Estadual nº 10.376/2014 – Parcelamento de Pagamento do IPVA, e Suas Alterações.

Lei Estadual nº 11.007/2017 – Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores – IPVA, e Suas Alterações.

Imposto sobre a Transmissão “Causa Mortis” e Doação de Bens ou Direitos – ITCD

Constituição da República Federativa do Brasil (artigo 155, inciso I, alínea “a”), de 05/10/1988.

Emenda Constitucional nº 3, de 17/03/1993.

Lei Estadual nº 5.123/1989 - Imposto sobre a Transmissão “Causa Mortis” e Doação de Bens ou Direitos – ITCD, e Suas Alterações.

Imposto sobre Operações Relativas a Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transportes Interestadual e Intermunicipal de Comunicação – ICMS

Constituição da República Federativa do Brasil (Artigo 155, Inciso I, Alínea “b”), de 05/10/1988.

Emenda Constitucional nº 3, de 17/03/1993.

Lei Estadual nº 4.295/1981 – Participação dos Municípios, e Suas Alterações.

Lei Estadual nº 6.000/1994 – Consolida as Normas que dispõem sobre o FAIN, e Suas Alterações.

Lei Estadual nº 6.379/1996, que trata do ICMS, e Suas Alterações.

Lei Estadual nº 6.698/1998 – ANISTIA

Lei Estadual nº 7.123/2002 – Cria o Programa de Refinanciamento da Dívida Fiscal.

Lei Estadual nº 7.331/2003 – TRADE SOCIAL

Lei Estadual nº 7.487/2003 – Escrituração Fiscal Digital.

Lei Estadual nº 7.611/2004 – FUNCEP

Lei nº 12.068, de 27/09/2021 – Altera dispositivos da Lei nº 7.611, de 30/06/2004, que Instituiu o Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza no Estado da Paraíba - FUNCEP/PB e dá outras providências.

Lei Estadual nº 7.654/2004 – Remissão Camará.

Lei Estadual nº 7.695/2004 – REFIS II

Lei Estadual nº 7.755/2005 – Educação Habitação.

Lei Estadual nº 7.757/2005 – Redução da Correção Monetária de Débitos Fiscais do ICMS.

Lei Estadual nº 7.866/2005 – Distrito Industrial.

Lei Estadual nº 7.867/2005 – Dispõe sobre a Dispensa de Juros e Multas.

Lei Estadual nº 8.023/2006 – Subvenção da Tarifa de Energia Elétrica.

Lei Estadual nº 8.024/2006 – Remissão Parcial da Correção Monetária.

Lei Estadual nº 8.083/2006 – Remissão Comunicação.

Lei Estadual nº 8.292/2007 – Incorpora Legislação do Super Simples.

Lei Estadual nº 8.472/2008 – Programa Faz Esporte, e Suas Alterações.

Lei Estadual nº 8.567/2008 – Programa Gol de Placa, e Suas Alterações.

Lei Estadual nº 8.664/2008 – Remissão Veículos Leasing.

Lei Estadual nº 8.814/2009 – Redução da Base de Cálculo Simples Nacional.

Lei Estadual nº 9.054/2010 – Regime Especial de Tributação as Cooperativa de Mineradores, e Suas Alterações.

Lei Estadual nº 9.057/2010 – Selo Fiscal Vasilhame.

Lei Estadual nº 9.195/2010 – Concede Remissão de Débitos Fiscais.

Lei Estadual nº 9.582/2011 – Compras Internet.

Lei Estadual nº 9.600/2011 – Disciplina a Participação dos Municípios na Arrecadação do ICMS – ICMS Ecológico.

Lei Estadual nº 9.679/2012 – Concede Redução nas Bases de Cálculo, em Relação às Operações, realizadas por Micro Empresas e Empresas de Pequeno Porte.

Lei Estadual nº 9.932/2012 – Programa de Estímulo à Cidadania Fiscal.

Lei Estadual nº 10.312/2014 – Aprova a Medida Provisória nº 215.

Lei Estadual nº 10.341/2014 – Dispõe sobre a Dispensa ou a Redução de Juros, Multas e demais acréscimos.

TAXAS

Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia

Constituição da República Federativa do Brasil (artigo 145, inciso II), de 05/10/1988.

Lei Estadual nº 5.127/1989 – Lei de Taxas, e Suas Alterações.

Portaria STN/MF nº 300, de 27/06/2002.

Taxas pela Prestação de Serviços

Constituição da República Federativa do Brasil (artigo 145, inciso II), de 05/10/1988.

Lei Estadual nº 7.656/2004 – Redução Taxas DETRAN.

Portaria STN/MF nº 300, de 27/06/2002.

Multas

Lei Estadual nº 6.379/1996 – Trata do ICMS, e Suas Alterações.

Portaria STN/MF nº 300, de 27/06/2002.

CONTRIBUIÇÕES

Contribuição de Melhoria

Constituição da República Federativa do Brasil (Artigo 145, inciso III), de 05/10/1988.

Lei Estadual nº 5.124/1989 - Institui a Contribuição de Melhoria, e Suas Alterações.

Processo Administrativo Tributário – PAT

Lei Estadual nº 10.094/2013 – Ordenamento Processual Tributário, Processo Administrativo Tributário e Administração Tributária, e Suas Alterações.

Programa de Desenvolvimento da PB – PRODES

Lei Estadual nº 10.974 /2017 – Institui o Programa de Desenvolvimento do Estado da Paraíba – PRODES – PB, e Suas Alterações.

DECRETOS PUBLICADOS NO DOE

Decreto nº 17.252/1994 – Dá Nova Redação ao Regulamento do FAIN, e Suas Alterações.

Decreto nº 19.472/1998 – Dispõe Sobre a Concessão de Crédito Fiscal Presumido às Indústrias Consumidoras de Aços Planos, e Suas Alterações.

Decreto nº 21.944/2001 – Dispõe Sobre Diferimento do ICMS nas Importações de Máquinas, Equipamentos, Aparelhos e Acessórios por

Empresas Jornalísticas, de Radiodifusão e Editora de Livros, e Suas Alterações.

Decreto nº 22.066/2001 – Dispõe Sobre Operações Relativas a Álcool Etílico Hidratado e Anidro Combustível, Álcool Etílico Hidratado e Anidro para Outros Fins, Açúcar e Insumos Destinados à Respectivas Fabricação, e Suas Alterações.

Decreto nº 23.210/2002 – Dispõe Sobre a Concessão de Regime Especial de Tributação aos Contribuintes Enquadrados nas Atividades Econômicas, e Suas Alterações.

Decreto nº 23.211/2002 – Dispõe Sobre a Concessão de Regime Especial de Tributação às Indústrias de Produtos Plásticos e Similares, e Suas Alterações.

Decreto nº 24.432/2003 – Dispõe Sobre a Concessão de Regime Especial de Tributação às Indústrias de Redes e Produtos Similares, e Suas Alterações.

Decreto nº 25.390/2004 – Dispõe Sobre a Concessão de Regime Especial de Tributação às Indústrias de Calçados e de Artigos de Couro e Similares, e Suas Alterações.

Decreto nº 25.515/2004 – Dispõe Sobre o Diferimento do Imposto Relativo à Importação do Exterior do País de Insumos da Indústria de Informática e Automação, e Suas Alterações.

Decreto nº 25.531/2004 – Dispõe Sobre a Concessão de Crédito Presumido do ICMS às Empresas Prestadoras de Serviços de Telecomunicações, e Suas Alterações.

Decreto nº 26.835/2006 – Autoriza a Compensação de Créditos Tributários do ICMS com Débitos do Estado, Junto à empresa de Sociedade Anônima de Eletrificação da Paraíba – SAELPA e a Companhia de Eletrificação da Borborema - CELB, e Suas Alterações.

Decreto nº 29.724/2008 – Fixa o Valor Destinado ao Programa Faz Esporte, no Âmbito do Estado da Paraíba, e Suas Alterações.

Decreto nº 31.072/2010 – Dispõe Sobre a Concessão de Regime Especial de Tributação aos Contribuintes Atacadistas de Drogas e Medicamentos, e Suas Alterações.

Decreto nº 32.095/2011 – Dispõe Sobre a Redução da Base de Cálculo do ICMS nas Operações com Gás Natural Veicular – GNV e Gás Natural Industrial – GNI, e Suas Alterações.

Decreto nº 32.396/2011 – Doações Relativas - Programa Minha Casa Minha Vida.

Decreto nº 32.819/2012 – Dispõe Sobre o Diferimento do ICMS aos Contribuintes Enquadrados na Atividade Econômica de Call Center, e Suas Alterações.

Decreto nº 32.936/2012 – Dispõe Sobre a Concessão de Regime Especial de Tributação do ICMS aos Contribuintes que Realizam Venda Exclusivamente de Forma não Presencial, por Meio de Internet, nas Operações Interestaduais Destinadas ao Consumidor Final, e Suas Alterações.

Decreto nº 33.341/2012 – Aprova Regulamento do Imposto sobre a Transmissão “Causa Mortis” e Doação de Bens ou Direitos – RITCD, e Suas Alterações.

Decreto nº 33.802/2013 – Dispõe Sobre a Concessão de Crédito Presumido a Estabelecimento Industrial que Realize Investimentos em Infraestrutura, e Suas Alterações.

Decreto nº 34.786/2014 – Dispõe Sobre o Diferimento do ICMS nas Operações de Importação Relativas ao Álcool Etílico Anidro Combustível – AEAC, e Suas Alterações.

Decreto nº 35.766/2015 – Dispõe Sobre a Concessão de Regime Especial de Tributação nas Saídas Promovidas pelas Indústrias Ceramistas, e Suas Alterações.

Decreto nº 36.759/2016 – Dispõe Sobre a Concessão de Regime Especial de Tributação a Estabelecimento Abatedor de Gado Bovino Localizado no Estado da Paraíba, e Suas Alterações.

Decreto nº 37.004/2017 – Dispõe Sobre a Redução da Base de Cálculo do ICMS nas Operações com Veículos Automotores Novos, e Suas Alterações.

Decreto nº 37.526/2017 – Dispõe Sobre a Concessão de Regime Especial de Tributação às Indústrias de Confeções Estabelecidas nos Municípios Localizados na Circunscrição da 4ª e 5ª Gerências Regionais da Secretaria de Estado da Receita, e Suas Alterações.

Decreto nº 37.535/2017 – Institui o Programa Aeroportuário de Incremento ao Turismo e ao Desenvolvimento Econômico da Paraíba – AEROTUR-PB, e Suas Alterações.

Decreto nº 37.814/2017 – Aprova Regulamento do Imposto sobre Propriedade de Veículos Automotores – RIPVA, e Suas Alterações.

TRANSFERÊNCIAS FEDERAIS

Transferências Federais

Cota-Parte do Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal – FPE

Constituição da República Federativa do Brasil (Artigo 159, inciso I, alínea “a”), de 05/10/1988.

Lei Complementar nº 62, de 28/12/1989.

Lei Complementar nº 71, de 03/09/1992.

Portaria Interministerial nº 213, de 02/09/1997.

Cota-Parte do Imposto sobre Produtos Industrializados – Estados Exportadores de Produtos Industrializados

Constituição da República Federativa do Brasil (Artigo 159, inciso II), de 05/10/1988.

Lei Complementar nº 61, de 26/12/1989.

Portaria STN/MF nº 326, de 27/08/2001.

Portaria STN/MF nº 300, de 27/06/2002.

Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB

Emenda Constitucional nº 53, de 20/12/2006.

Lei Federal nº 11.494, de 20/06/2007.

Decreto nº 6.091, de 24/04/2007.

Portaria nº 1.459, de 30/12/2010.

Portaria nº 538-A, de 26/04/2010.

Portaria MEC nº 213, de 02/03/2011.

Portaria MEC nº 380, de 06/04/2011.

Portaria Interministerial MEC nº 477, de 28/04/2011.

Portaria Interministerial nº 1.721, de 07/11/2011.

Portaria Interministerial nº 1.809, de 28/12/2011.

Medida Provisória nº 562, de 20/03/2012.

Portaria MEC nº 437, de 20/04/2012.

Lei Federal nº 12.695, de 25/07/2012.

Resolução nº 7, de 26/04/2012.

Resolução nº 8, de 25/07/2012.

Portaria MEC nº 344, de 24/04/2013.

Portaria Interministerial nº 1.496, de 31/12/2012.

Portaria nº 32, de 13/08/2014.

Resolução/MEC nº 1, de 24/07/2014.

Portaria SEB/MEC nº 27, de 18/07/2014.

Portaria MEC nº 364, de 28/04/2014.

Cota-Parte da Contribuição do Salário-Educação

Constituição da República Federativa do Brasil (Artigo 212, Parágrafo 5º), de 05/10/1988.

Emenda Constitucional nº 53, de 15/12/2006.

Decreto nº 6.003, de 28/08/2006.

Portaria nº 145, de 19/03/2009.

Transferência de Recursos do Sistema Único de Saúde – SUS

Constituição Federal (Artigos 196 a 200), de 05/10/1988.

Lei nº 8.142, de 28/12/1990.

Emenda Constitucional nº 29, de 13/09/2000.

Portaria STN/MF nº 326, de 27/08/2001.

Portaria STN/MF nº 300, de 27/06/2002.

Portaria nº 399, de 22/02/2006.

Transferências de Recursos do Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação – FNDE

Portaria STN/MF nº 326, de 27/08/2001.

Portaria STN/MF nº 300, de 27/06/2002.

Portaria FNDE nº 344, de 10/10/2008.

Resolução nº 11, de 03/04/2009.

Resolução nº 19, de 24/04/2009.

Lei Federal nº 11.947, de 16/06/2009.

Resolução nº 43, de 11/08/2009.

Resolução nº 41, de 27/07/2011.

Decreto nº 7.507, de 27/06/2012.

Resolução nº 44, de 05/09/2012.

Decreto nº 7.892, de 23/01/2013.

Portaria Interministerial nº 4, de 07/05/2013.

Resolução/CD/FND nº 31, de 22/07/2013.

Resolução/CD/FND nº 32, de 02/08/2013.

Lei nº 13.005 (Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e Dá Outras Providências), de 25/07/2014.

Lei nº 12.982 (Altera a Lei nº 11.947, de 16/06/2009), de 28/05/2014.

Transferência Financeira – Lei Complementar nº 87/1996 (LEI KANDIR)

Lei Complementar nº 87, de 13/09/1996.

Portaria STN/MF nº 326, de 27/08/2001.

Portaria STN/MF nº 300, de 27/06/2002.

Lei Complementar nº 114 (Altera a Lei nº 87), de 16/12/2002.

Cota-Parte do Fundo Especial – PETROBRÁS

Lei Federal nº 7.525, de 22/07/1986.

Portaria STN/MF nº 300, de 27/06/2002.

Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico – CIDE

Lei Federal nº 10.336, de 19/12/2001.

Lei Federal nº 10.866, de 04/05/2004.

Lei Federal nº 10.925, de 26/05/2004.

Emenda Constitucional nº 44, de 30/06/2004.

Lei Federal nº 11.196, de 21/05/2005.

Decreto nº 6.446, de 02/05/2008.

Decreto nº 6.095, de 04/02/2010.

Decreto nº 7.591, de 28/10/2012.

Decreto nº 7.764, de 22/06/2012.

Classificação da Receita

Portaria Interministerial nº 01, de 14/06/2018 – Altera o Artigo 2º e o Anexo I, da Portaria Interministerial STN/SOF nº 163, de 04/05/2001.

Portaria/MF nº 388, de 14/06/2018 – Dispõe Sobre o Desdobramento da Classificação por Natureza da Receita Orçamentária para Aplicação no Âmbito dos Estados, Distrito Federal e Municípios.

Portaria STN/SOF nº 20, de 23/02/2021.

Portaria STN nº 710, de 25/02/2021.

Portaria STN nº 923, de 08/07/2021.

Portaria STN nº 925, de 08/07/2021.